

ANEXO IV – EDITAL Nº 25/2026 – PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – 2026.2/2027.1**CURSO DE DIREITO - EUSÉBIO****1 DA ÁREA DO CONHECIMENTO, DO NÚMERO DE VAGAS E BOLSAS**

São **20** vagas, a serem distribuídas por ordem classificatória entre as linhas de pesquisa da graduação e da pós-graduação (mestrado e doutorado), respectivamente, nas seguintes áreas:

Quadro 1 – Linhas de pesquisa da graduação

Linha de Pesquisa	Ementa
Direitos humanos e fundamentais	Gênero. Violência de gênero e discriminação sexual. Migrações. Direitos da personalidade, biopolítica, bioética e biodireito. Movimentos sociais. Infância e juventude. Teorias críticas, estudos descoloniais e fundamentação dos direitos humanos. Meio ambiente, cidades, povos tradicionais e sustentabilidade.
Teorias da democracia, direito político e ciberdemocracia	Democracia. Representação política.
Direito Civil Contemporâneo	Implicações práticas do Direito Civil contemporâneo na sociedade.
Direito Civil na Atualidade Constitucional	Aplicação do Direito Civil Constitucional nas relações privadas: estudo dos direitos de personalidade na sociedade contemporânea.
Criminologia, Direito Penal e Processual Penal Contemporâneos	Sistema prisional. Direito Penal Mínimo. Alternativas à Privação de Liberdade no contexto do Estado Democrático. Inquérito Policial e Medidas Cautelares no Processo Penal Democrático.
Constituição, Processo e Estudos sobre o Novo Código de Processo Civil	Constituição e Processo Civil. Acesso à Justiça, Devido Processo e Defensoria Pública. Processo Civil e Efetividade da Jurisdição. O Novo Código de Processo Civil brasileiro. O direito das famílias e o Novo Código de Processo Civil brasileiro.
Soluções consensuais de conflitos	Conciliação. Mediação.
Formação jurídica e Direito Educacional	Epistemologia Jurídica. Educação Jurídica. Metodologia Jurídica.
Direito Tributário e Direito financeiro contemporâneos, Constituição e Democracia	Guerra Fiscal (ICMS e/ou ISS). Tributação, transparência e cidadania fiscal. Planejamento Tributário. Construtivismo Lógico-Semântico no Direito Tributário. Orçamento público e responsabilidade fiscal. Controle externo dos Tribunais de Contas.
Direito da Seguridade Social	Reforma da previdência. Benefícios previdenciários em espécie. Consequências previdenciárias do envelhecimento da População. Teto dos gastos públicos e seus efeitos na assistência social.
Direito Empresarial	Direito Empresarial Contemporâneo.
Direito internacional público e privado	Direito Comunitário e da Integração. Direito e Relações internacionais. Direito Internacional dos Direitos Humanos. Direito Internacional dos Refugiados. Tribunais Internacionais. Arbitragem Internacional, Aspectos Internacionais do Direito de Família. Contratos Internacionais. Homologação de sentença estrangeira e Situação jurídica do estrangeiro no Brasil.

Quadro 2 – Linhas de pesquisa do mestrado e doutorado

Linha de Pesquisa	Ementa
Jurisdição constitucional e precedentes na conformação do Estado de Direito brasileiro e trato da litigiosidade	Versa sobre a atividade jurisdicional, especialmente, a jurisdição constitucional sobre políticas públicas, e seu produto, os precedentes judiciais. Seu objeto, portanto, é a investigação da atividade jurisdicional como um todo, mas, especialmente, no contexto regional nordestino e cearense, buscando investigar como se realiza a articulação com o princípio democrático e como se dão as respostas às demandas individuais e coletivas. Investiga-se, também, como essas respostas podem servir de orientação de condutas futuras na forma de precedentes.
Processo democrático, Judiciário e os meios de tratamento adequados de conflitos	Versa sobre o Judiciário, o processo e os meios alternativos ao processo judicial. Investiga-se, então, os meios de realização do Direito e do acesso à Justiça sob uma perspectiva democrática e crítico-reflexiva, buscando solução para as dificuldades do Judiciário e das demais instituições do sistema de justiça. Nesse sentido, busca-se compreender como a estruturação judiciária e seu peculiar funcionamento orgânico influenciam e integram com os institutos de Direito processual, concebidos sob um renovado viés democrático.
Desenvolvimento social no contexto brasileiro	Investiga os meios jurídicos de fomento e efetivação do desenvolvimento social, considerando as características do federalismo brasileiro e suas desigualdades regionais, sob o prisma da tributação e dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (DESC).
Desenvolvimento socioeconômico e a realização dos direitos fundamentais nas relações privadas	O projeto tem por objeto a análise do desenvolvimento, inclusive o desenvolvimento regional, a ser realizado pelos instrumentos de Direito Privado, revisados por uma perspectiva dos Direitos fundamentais, por considerar o desenvolvimento enquanto liberdade. Será observado, pois, o papel das regras e dos princípios constitucionais e a influência dos preceitos constitucionais da dignidade da pessoa humana, da função social da empresa e da livre iniciativa do Direito Empresarial.

2 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS PROJETOS

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO PROJETO		
Grau de adequação às regras da língua portuguesa		
Inadequada	Parcialmente adequada	Adequada
0,0 – 0,3	0,4 – 0,7	0,8 – 1,0
Grau de adequação da relevância para o desenvolvimento científico, tecnológico ou de inovação (ética, social, ambiental e política)		
Inadequada	Parcialmente adequada	Adequada
0,0 – 0,3	0,4 – 0,7	0,8 – 1,0
Originalidade da proposta		
Nenhuma	Razoável	Bastante
0,0	0,1 – 0,3	0,4 – 0,5
Introdução com os elementos adequados (Delimitação do tema e problematização)		
Inadequada	Parcialmente adequada	Adequada
0,0 – 0,3	0,4 – 1,4	1,5 – 2,0
Coerência dos objetivos		
Inadequada	Parcialmente adequada	Adequada
0,0 – 0,3	0,4 – 1,0	1,1 – 1,5
Referencial teórico primário, atualizado e relevante		
Inadequado	Parcialmente adequado	Adequado
0,0 – 0,3	0,4 – 1,0	1,1 – 1,5
Viabilidade técnica (exequibilidade) - capacidade de responder aos objetivos por meio da proposta		
Inadequada	Parcialmente adequada	Adequada
0,0 – 0,3	0,4 – 0,7	0,8 – 1,0
Referências em nível adequado e padronizada segundo as regras da ABNT		
Inadequada	Parcialmente adequada	Adequada
0,0	0,1 – 0,3	0,4 – 0,5
Vinculação a alguma linha de pesquisa do Mestrado		
Não	Parcialmente	Adequada
0,0	0,1 – 0,5	0,6 – 1,0

Heitor Nogueira da Silva
Coordenação Geral do Curso de Direito
Faculdade Christus - Eusébio

Isaac Rodrigues Cunha
Coordenação de Pesquisa do Curso de Direito
Faculdade Christus - Eusébio